



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

228

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0117131-3

APELANTE: José Luciano da Silva Santos

APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Fausto de Castro Campos

ÓRGÃO JULGADOR: 3ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho

553 9

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO. RECURSO DA DEFESA. PRELIMINAR: NULIDADE DA DECISÃO QUE ACOLHEU OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA DECRETAR A PERDA DO CARGO PÚBLICO. MATÉRIA AFETA AO MÉRITO. NÃO CONHECIMENTO. DECISÃO POR MAIORIA. MÉRITO: ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO CONTRÁRIO ÀS PROVAS DOS AUTOS. ANULAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. VEREDICTO APOIADO NO CONJUNTO PROBATÓRIO EXISTENTE NOS AUTOS. PERDA DO CARGO. IMPOSSIBILIDADE. RÉU POLICIAL MILITAR. NECESSIDADE DE PROCEDIMENTO ESPECÍFICO. PREVISÃO CONSTITUCIONAL. RECUSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Se a questão trazida em preliminar diz respeito ao mérito, a preliminar não pode ser conhecida, devendo a matéria ser apreciada quando do julgamento do mérito.
2. Existindo nos autos duas versões, não é manifestamente contrária à prova dos autos a decisão do Tribunal do Júri que acolhe, com base no conjunto probatório, umas das teses ventiladas.
3. A Carta da República garante aos militares um procedimento específico para decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças, cuja competência é o Tribunal Militar, onde houver, ou, na ausência deste, do Tribunal de Justiça. Assim, não pode o Juiz sentenciante decretar, como efeito natural da condenação, a perda do cargo, devendo a matéria ser apreciada pelo Tribunal competente, após o trânsito em julgado da condenação.

hms



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

229

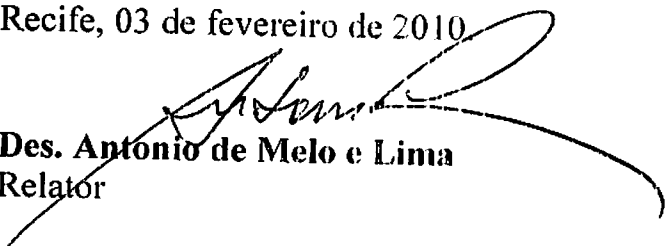
4. Se o regime de cumprimento de pena imputado na sentença foi o integralmente fechado, deve ser modificado, de ofício, para o inicialmente fechado, tendo em vista a alteração do § 1º, do art. 2º da Lei nº 8.072/90 (Crimes Hediondos), feito pela Lei 11.464 de 28/03/2007.

5. Por maioria de votos, não se conheceu da preliminar. No mérito, por decisão unânime, deu-se parcial provimento ao recurso, para o fim de excluir da condenação a perda do cargo público e, de ofício, modificar o regime de cumprimento de pena para o inicialmente fechado.

ACÓRDÃO

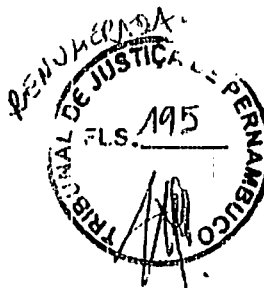
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Criminal nº 0117131-3, da Comarca de Caruaru-PE, em que figuram, como apelante, José Luciano da Silva Santos e. como apelado, o Ministério Público do Estado de Pernambuco, acordam os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão do dia 23/12/2009, por maioria, em não conhecer da preliminar, e no mérito, dar provimento parcial ao presente recurso, tudo conforme consta do relatório, votos e notas taquigráficas em anexo, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 03 de fevereiro de 2010


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



230

SEM
EFEITO

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 01 17131-3

APELANTE: José Luciano da Silva Santos

APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Fausto de Castro Campos

ÓRGÃO JULGADOR: 3ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho

RELATÓRIO

Através da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, **JOSÉ LUCIANO DA SILVA SANTOS**, qualificado nos autos, apela, tempestivamente, da decisão do Conselho de Sentença do Tribunal de Júri da Comarca de Caruaru/PE que o condenou como incurso no tipo penal do art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal, rejeitando a tese de negativa de autoria.

Nas razões recursais de f. 159/163, a defesa alega, em preliminar, a nulidade da decisão que acolheu embargos de declaração interpostos pelo Ministério Público, em razão de seu efeito modificativo; e, no mérito, requer anulação da decisão do Conselho de Sentença, sob o fundamento de que a mesma foi manifestamente contrária às provas dos autos.

A Representante do *Parquet*, em contra-razões de f. 165/170, pugna pela rejeição da preliminar e, quanto ao mérito, pelo improvimento do apelo e consequente manutenção da decisão vergastada.

Instada a se manifestar, a Douta Procuradoria de Justiça, através da Exma. Procuradora Maria Helena da Fonte Carvalho, opinou pelo não acolhimento da preliminar e no mérito pelo improvimento do recurso (f. 123/125).

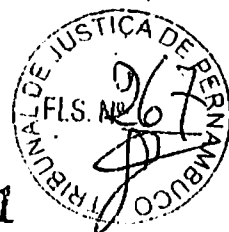
É o relatório. À Douta Revisão.

Recife 23 de agosto de 2007.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



231

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0117131-3

APELANTE: José Luciano da Silva Santos

APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Fausto de Castro Campos

ÓRGÃO JULGADOR: 3ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho

VOTO DO RELATOR

No mérito

Srs. Desembargadores,

Ultrapassada a preliminar, passo à análise do mérito.

O Exmo. Juiz de Direito da Vara Privativa do Júri da Comarca de Caruaru/PE pronunciou **JOSÉ LUCIANO DA SILVA SANTOS**, qualificado nos autos, como incurso no tipo penal previsto no art. do art. 121, § 2º, IV e V, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal (fls. 88/89).

Em sessão do Tribunal do Júri realizada no dia 16 de setembro de 2004, o apelante foi condenado, tendo o Conselho de Sentença reconhecido, por unanimidade, a autoria e, por maioria, as qualificadoras por motivo torpe e por meio que impossibilitou a defesa da vítima, tendo sido aplicada a pena de 10 (dez) anos de reclusão.

Inconformado, o acusado interpôs o presente recurso de apelação, com espeque no art. 593, inciso III, alínea "d", do CPP, sob o fundamento de que a decisão do Conselho de Sentença foi manifestamente contrária à prova dos autos (fls. 159/163).

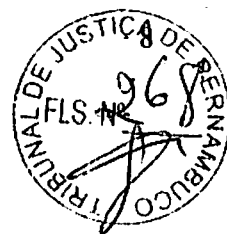
A Representante do Ministério Público, nas contra-razões de fls. 165/170, pugnou pelo improvimento do apelo.

Pois bem.

hms



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



232

A denúncia narra que, na data de 29 de julho de 2001, por volta das 03 (três) horas da madrugada, na avenida Vera Cruz, bairro de São Francisco, na cidade de Caruaru, o acusado, fazendo uso de um revólver marca Taurus, calibre 38, nº MD767722, com *animus necandi*, produziu na pessoa de Francisco de Assis Silva, os ferimentos descritos na perícia traumatológica de fl. 27, não tendo consumado o delito por circunstâncias alheias a sua vontade.

Afere-se, ainda, da peça acusatória, que o apelante agiu para vingar a morte da irmã dele, ex-esposa da vítima, cuja autoria o acusado aponta como sendo de responsabilidade do ofendido.

Analisando os autos, verifico que a tese acolhida pelo Conselho de Sentença foi a mesma sustentada pela acusação desde o oferecimento da denúncia, qual seja, a de que o apelante praticou o crime previsto no art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c art. 14, inciso II, do Código Penal Pátrio (tentativa de homicídio duplamente qualificado por motivo torpe e por recurso que impossibilitou a defesa da vítima).

Como é sabido, no ordenamento jurídico brasileiro prevalece o principio da soberania dos veredictos (art. 5º, XXXVIII da Constituição Federal), e sendo assim, a decisão do Tribunal do Júri só deixará de prevalecer quando arbitrária, integralmente dissociada da prova dos autos.

In casu, existiam duas versões, a da acusação afirmando que o apelante agiu com *animus necandi*, tentando ceifar a vida da vítima por motivo de vingança e a do apelante, sustentando que agiu em legítima defesa, logo após sofrer injusta agressão da vítima.

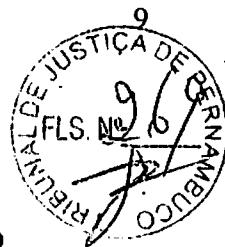
O Conselho de Sentença, analisando as provas colhidas durante a instrução criminal, acolheu a tese do Ministério Público, o que afasta qualquer alegação de arbitrariedade, visto que, como juiz natural, cabe ao Tribunal do Júri avaliar as provas e optar por uma das versões apresentadas.

Com efeito, o veredicto final não pode ser visto como arbitrário, porquanto encontra respaldo em elementos probatórios contidos nos autos.

Confirmam-se os depoimentos testemunhais prestados em Juízo:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



233

“(...) que, no dia e hora da ocorrência do crime, encontrava-se cochilando em seu táxi; que, naquele momento, ouvira alguns disparos de arma de fogo; que, no momento, não se lembra de quantos disparos foram efetuados; (...) que não chegara a ver ninguém portando arma de fogo; que não se lembra de quantos disparos foram efetuados; (...) que após alguns instantes de ter ouvido aqueles disparos, notara a presença da viatura naquele local;” (José Caetano da Silva, às f. 75/76)

“(...) que, por volta das duas da manhã, do dia do fato, quando estava abastecendo o seu táxi, ouviu alguns disparos de arma de fogo; que não se lembra da quantidade dos disparos ouvidos; que não chegara a ver ninguém os efetuando; (...)” (Mauro José da Silva, à f. 76)

“(...) quando fazia ronda policial nesta cidade, na altura da Avenida Vera Cruz, percebera uma pessoa guiando uma motocicleta, no sentido da contramão; que vendo esse veículo, ordenou que o motorista parasse a viatura para, em seguida proceder a abordagem daquela pessoa; que, ao ordenar que a moto fosse parada, o condutor desta, identificou-se como sendo policial militar, que procedendo a abordagem de rotina o condutor da moto jogara o capacete no chão; que, no mesmo instante, em que um patrulheiro se preparava para fazer a revista pessoal do acusado, chegara a pessoa da vítima dizendo “que o acusado tinha acabado de atirar nele”; que, **no mesmo instante em que a vítima comunicava o fato, o acusado sacou de sua arma, e começou a atirar em direção à vítima;** (...)” (Anderson Miguel da Silva, às f. 76/77) Grifei.

Por outro lado, não há nos autos nenhuma prova que confirme a versão apresentada pelo apelante, ao contrário, sua palavra encontra-se isolada e dissociada de todo conjunto probatório.

Assim, a decisão proferida pelo Conselho de Sentença no presente feito não pode ser tida como manifestamente contrária à prova dos autos, visto que

hms



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



234

os jurados optaram pela versão que lhes parecia mais coerente e consentânea com os elementos de prova existentes.

Neste sentido:

“(...) Não se caracteriza como manifestamente contrária à prova dos autos a decisão que, optando por uma das versões trazidas aos autos, não se encontra inteiramente divorciada do acervo probatório existente no processo. (...)” (REsp 690.927/CE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 13/03/2007, DJ 26/03/2007 p. 309)

Por fim, quanto à decretação da perda do cargo como efeito da condenação, entendo que o juiz a quo laborou em equívoco, pois o sentenciado é policial militar, razão pela qual não se aplica o artigo 92 do Código de Penal.

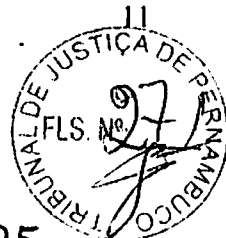
Como sabido, com o advento do novo texto constitucional, a aplicação de pena acessória aos militares – oficiais e praças, decorrente do cometimento de crime militar ou comum foi banida do ordenamento jurídico. A Carta da República garante aos militares um procedimento específico para decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças, cuja competência é o Tribunal Militar, onde houver, ou, na ausência deste, do Tribunal de Justiça.

Tal garantia encontra-se prevista no artigo 125, § 4º, *in fine*, da Constituição Federal de 1998, que assim dispõe:

“(...) § 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças. (...)” Grifei.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



235

Como se vê, a Carta Magna impõe que a questão relativa a perda do posto ou patente, no caso dos oficiais, e da graduação, quanto às praças, em caso de cometimento de crime, seja examinada com juridicidade pelo Tribunal competente, por meio em procedimento específico previsto constitucionalmente, não se limitando à aplicação da medida como simples efeito da sentença condenatória (RE 358961, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Primeira Turma, julgado em 10/02/2004, DJ 12-03-2004 PP-00043 EMENT VOL-02143-05 PP-00971) 2 .

A previsão constitucional justifica-se em razão de que, no processo criminal, na Justiça Comum ou Militar, julga-se o delito; mas na Representação para perda da patente ou da graduação julga-se o homem, seu passado, sua conduta.

No âmbito do estado de Pernambuco, tal procedimento encontra-se regulamentado no Regimento Interno do Tribunal de Justiça, nos seguintes termos:

“(...) CAPÍTULO XXIII - DA REPRESENTAÇÃO PARA DECLARAÇÃO DE INDIGNIDADE OU DE INCOMPATIBILIDADE PARA COM O OFICIALATO OU DA INCAPACIDADE PARA COM A GRADUAÇÃO

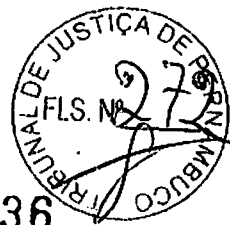
Art. 256 H - Transitada em julgado a sentença de justiça comum ou militar que haja condenado o Oficial ou Praça da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar à pena privativa de liberdade superior a dois (2) anos, o Procurador Geral da Justiça formulará Representação para que o Tribunal

² EMENTA: Praças da Polícia Militar estadual: perda de graduação: exigência de processo específico pelo art. 125, § 4º, parte final, da Constituição, não revogado pela Emenda Constitucional 18/98: caducidade do art. 102 do Código Penal Militar. O artigo 125, § 4º, in fine, da Constituição, de eficácia plena e imediata, subordina a perda de graduação dos praças das polícias militares à decisão do Tribunal competente, mediante procedimento específico, não subsistindo, em consequência, em relação aos referidos graduados o artigo 102 do Código Penal Militar, que a impunha como pena acessória da condenação criminal a prisão superior a dois anos. A EC 18/98, ao cuidar exclusivamente da perda do posto e da patente do oficial (CF, art. 142, VII), não revogou o art. 125, § 4º, do texto constitucional originário, regra especial nela atinente à situação das praças. (RE 358961, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Primeira Turma, julgado em 10/02/2004, DJ 12-03-2004 PP-00043 EMENT VOL-02143-05 PP-00971)

hms



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



julgue se o representado é indigno ou incompatível para com o Oficialato ou incapaz para com a Graduação.

Art. 256 I - Recebida, autuada e distribuída a Representação, o Relator mandará citar o sentenciado para, no prazo de dez (10) dias, apresentar defesa escrita.

§ 1º - Decorrido o prazo previsto no caput deste artigo, sem apresentação da defesa escrita, o Desembargador Relator solicitará a designação de um Defensor Público para que a apresente, no prazo de vinte (20) dias.

§ 2º - Restituídos os autos pelo Revisor, o Desembargador Relator os colocará em mesa para julgamento.

§ 3º - Anunciado o julgamento pelo Presidente, fará o Relator a exposição do feito e, depois de ouvido o Revisor, será facultada às partes a sustentação oral.

Art. 256 J - A decisão do Tribunal será comunicada aos Comandantes da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar, ao qual será enviada cópia do respectivo Acórdão.

Nota: Artigo acrescido pelo art. 7º da Resolução nº 117, de 18/12/98. (...)”

Assim, não poderia o Juiz a quo decretar como efeito natural da condenação a perda do cargo, devendo a matéria ser apreciada por este Tribunal de Justiça, após o transito em julgado da condenação, por meio da Representação a ser formulada pelo Exmo. Procurador Geral de Justiça.

Esta Corte de Justiça, inclusive, decidiu neste sentido em casos semelhantes ao presente:

“(...) Cabe ao Tribunal de Justiça (na falta de Tribunal de Justiça Militar) declarar a perda de graduação do militar, nos termos do artigo 125, §4º, da CF/88, não subsistindo, assim, o artigo 92 do CP, que impunha a destituição do cargo ou função como uma pena acessória à condenação criminal. Portanto, faz-se necessário afastar da sentença vergastada a pena de perda do cargo público cominada pelo juiz.” (Apelação Criminal nº

hms



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

237

0154763-5. Relator Des. Romero de Oliveira Andrade. 4ª
Câmara Criminal. Julgado em 17.09.2008)

“(...)A perda de cargo de policial militar, como no caso dos
apelantes, só pode ocorrer após o trânsito em julgado da
sentença condenatória, mediante representação do Procurador
Geral de Justiça perante o Tribunal competente. Item da
sentença que merece expurgação. (...)”

(Apelação Criminal nº 0154763-5. Relatora Desª. Helena Caúla
Reis. 2ª Câmara Criminal. Julgado em 15.02.2006).

“(...) A garantia constitucional assegurada aos oficiais
graduados e militares de só perderem o posto, a patente e a
graduação, em caso de cometimento de crime, por decisão do
Tribunal competente, impõe que a questão seja examinada com
jurisdição, através de procedimento específico previsto
constitucionalmente, não se limitando à aplicação da medida
como simples efeito da sentença condenatória (...)”.

(Apelação Criminal nº 0093230-7. Relator Des. Og Fernandes.
2ª Câmara Criminal. Julgado em 10.11.2004).

Por fim, verifico que o regime de cumprimento de pena imputado ao
apelante foi o integralmente fechado, o qual deve ser modificado para o
inicialmente fechado, tendo em vista a alteração do § 1º, do art. 2º da Lei nº
8.072/90 (Crimes Hediondos), feito pela Lei 11.464 de 28/03/2007.

Assim, considerando todo o exposto, **dou parcial provimento** ao
presente recurso, **para fins de excluir da condenação a perda do cargo público,**
e, de ofício, modificar o regime de cumprimento de pena para o inicialmente
fechado.

Recife, 23 de dezembro de 2009.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS



Apelação Criminal nº 0117131-3 - Comarca de Caruaru

238

VOTO DE REVISÃO

JOSÉ LUCIANO DA SILVA SANTOS, irresignado com a decisão do Tribunal do Júri da Comarca de Caruaru, que, por maioria de votos, 5x2, o condenou, na sessão de 16/09/2004, por tentativa de homicídio qualificado, apela, tempestivamente, com base no art. 593, III, letra "d" do CPP, conforme petição de fls. 158.

A tese de homicídio privilegiado levantada, em Plenário, ao argumento de ter o réu cometido o crime "sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima", não encontra respaldo no conjunto probatório.

Peremptório o depoimento do soldado **Anderson Miguel da Silva**, testemunha ocular do fato criminoso, no auto de flagrante delito e no sumário.

Na madrugada do fato, o apelante, também soldado da PMPE, por trafegar de moto pela contra-mão, foi abordado por uma Patrulha Policial Militar.

Enquanto era realizada a abordagem, no local apareceu a vítima anunciando que, há pouco, fora alvejada, a tiros, pelo recorrente.

De Imediato, diz o policial-testemunha "o acusado sacou de sua arma e começou a atirar em direção à vítima, chegando a identificar três disparos".

A testemunhal presencial da infração não fala em provocação da vítima ao réu.

No interrogatório em Juízo, disse o réu que a vítima havia assassinado uma irmã dele, interrogando.

Diante dessa versão constante dos autos, 5 (cinco) jurados refutaram a tese de homicídio privilegiado e reconheceram que o agente cometeu o delito por motivo torpe (vingança).

Não há negar, a vítima foi surpreendida pela ação do réu, como o foram os componentes da patrulha militar.

Por outro lado, a troca de tiros entre réu e vítima, versão apresentada pelo apelante, não encontra ressonância no bojo do processo.

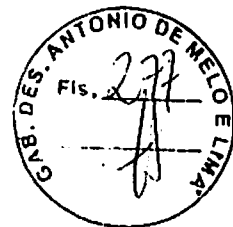
Em conclusão, a decisão do Júri em condenando o apelante não contraria a prova dos autos, ante o que nego provimento ao apelo.

É como voto.

Recife,

Des. Fausto Campos
Revisor

23 de Dezembro de 2009



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

239

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL – 23 12 2009.
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 117131-3 CARUARU/PE.
APELANTE : JOSÉ LUCIANO DA SILVA SANTOS.
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.
RELATOR : DESEMBARGADOR ANTONIO MELO
REVISOR : DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS

DESEMBARGADOR ANTONIO MELO (RELATOR)

Na última sessão em que tratamos desse processo, eu apresentei, trouxe uma preliminar de nulidade e o Des. Fausto, como revisor, não acolheu a preliminar (interrompido)

DESEMBARGADORA ALDERITA RAMOS (PRESIDENTE)

Parece que ele não conheceu. Não foi?

DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS (REVISOR)

Eu estou pedindo para localizar o meu voto.

DESEMBARGADOR ANTONIO MELO (RELATOR)

Não está nos autos, não. Esse voto e nem a minha preliminar foram anexados aos autos. Eu achei também estranho, mas é uma situação que vamos sanar.

A Des. Alderita, então, pediu vista, converteu o feito em diligências porque ela observou que faltavam umas intimações. Todas as diligências foram atendidas. (interrompido)

DESEMBARGADORA ALDERITA RAMOS (PRESIDENTE)

Se Vossa Excelência permitir, eu posso ler o meu voto vista nessa parte.

DESEMBARGADOR ANTONIO MELO (RELATOR)

Pode.

DESEMBARGADORA ALDERITA RAMOS (PRESIDENTE)



É só para esclarecer.

No meu voto vista, na última sessão em que cuidamos desse feito, eu disse o seguinte: (Leu fl. 206 dos autos)

240

Isso foi em 23 de abril de 2008. Esse voto foi trazido aqui à Câmara e foi acatado e o julgamento transformado em diligência para descer os autos ao Juízo de origem e o devido cumprimento dessa formalidade.

DESEMBARGADOR ANTONIO MELO (RELATOR)

Então, diante dessa manifestação da Desembargadora e do voto do Des. Fausto, entendo que a preliminar argüida por mim foi rejeitada por maioria ou não se tomou conhecimento, razão pela qual, eu vou prolatar o meu voto de mérito.

(Leu o voto constante das fls. 267/273 dos autos).

DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS (REVISOR)

O meu voto em revisão está de inteiro acordo com o voto de Sua Excelência o Des. Relator para dar provimento parcial, apenas para exclusão da perda do cargo.

(Voto constante das fl. 274 dos autos)

DESEMBARGADORA ALDERITA RAMOS (PRESIDENTE)

Eu voto no mesmo sentido.

DECISÃO:

"POR MAIORIA DE VOTOS, NÃO SE CONHECEU DA PRELIMINAR. UNANIMEMENTE, DEU-SE PARCIAL PROVIMENTO AO PRESENTE RECURSO, PARA O FIM DE EXCLUIR DA CONDENAÇÃO A PERDA DO CARGO PÚBLICO, E, DE OFÍCIO, MODIFICAR O REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA PARA O INICIALMENTE FECHADO".